

ANC 15

# Relator só entrega substitutivo na quarta-feira

ARQUIVO

## Quércia não vê perigo de um novo golpe

**Campinas** — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, discordou do diagnóstico feito pelo ex-presidente João Figueiredo sobre os problemas do País, onde aponta condições para se chegar "a um terceiro estado de força".

Para Quércia, os problemas do País, "são decorrentes de um processo de transição já que fomos muito prejudicados pelo regime autoritário do qual o ex-presidente é um expoente. Não tenho nada de pessoal contra o general Figueiredo. Mas não sei se ele é a pessoa indicada para dar orientações, até porque pediu que o esquecessem quando deixou a Presidência".

Segundo o governador, trabalho de recuperação democrática "é árdua, difícil mas esperamos que todos colaborem, inclusive o general Figueiredo para que possamos alcançar o estado de plena democracia e de desenvolvimento". Quércia admitiu a existência de problemas no processo de transformação, mas negou que haja desorganização administrativa, "qualquer que seja a análise que se faça, as coisas estão bem organizadas. A Constituinte está trabalhando bem. Também não concordo que o radicalismo esteja perturbando a Constituinte. Tivemos de fato um problema, porque as subcomissões foram organizadas sem um critério mais aprofundado".

## Newton sugere

O governador de Minas, Newton Cardoso, em conversa com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, sugeriu oficialmente que a próxima reunião de governadores, já acertada entre os governadores do PMDB, seja realizada, nos próximos 15 dias, em Araxá, para reafirmar o apoio aos cinco anos de mandato do Presidente, discutir a reforma tributária e a linha programática do partido.

## Defesa do Cimi

A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) defendeu ontem o CIMI — Conselho Indigenista Missionário — dos ataques que vem sofrendo por um jornal paulista, que acusa a instituição de querer a internacionalização da Amazônia e querer uma espécie de monopólio de exploração mineral nas terras indígenas. No seu protesto a deputada disse que não é o CIMI quem deseja esse monopólio, mas as empresas de capital multinacional que já detêm mais de 70% dos minérios nacionais.

## Maciel articula

O senador Marco Maciel, considerou revitalizantes os contatos que manteve com a cúpula e as bases do seu partido no Ceará. Depois de inaugurar a nova sede do diretório regional, reunir-se com as bancadas federal e estadual, sexta-feira, quando chegou, Maciel manteve um encontro com lideranças municipais do PFL no município de Tauá, distante 370 km de Fortaleza, na manhã de ontem.

O substitutivo do projeto de Constituição, que está sendo elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), só será entregue na quarta-feira e não hoje, como estava previsto. Segundo o relator, o prazo foi modificado porque seus assessores não aprontaram a tempo o parecer sobre as 20.800 emendas apresentadas por parlamentares e populares.



O adiamento da entrega do substitutivo foi acertado ontem em uma reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães que, como presidente da Constituinte, pode autorizar qualquer modificação nos prazos de entrega de emendas e pareceres. Da reunião participaram, além de Ulysses, o relator, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Ao sair da reunião, o relator explicou que o adiamento do prazo foi solicitado pelos seus assessores que inicialmente queriam que o substitutivo só fosse entregue daqui a oito dias. Ele não concordou com prazo tão longo e assim ficou acertado que o adiamento só seria por três dias. Cabral defendeu o adiamento alegando que "seria uma descortesia se essas emendas não fossem consideradas".

Garantiu que não haverá muita alteração nos trabalhos da Constituinte. Apenas o parecer sobre as emendas de plenário ao seu substitutivo, previsto para o dia 7 de setembro, poderá ser alterado, mas a apresentação do segundo substitutivo — 21 de setembro — está garantida.

## Parlamentarismo

Bernardo Cabral afirmou que voltou atrás sobre sua proposta de adoção do parlamentarismo — só depois do mandato do presidente Sarney — porque as lideranças se manifestaram contra. O prazo para a implantação do novo sistema de Governo, se for aprovado pelo

plenário da Constituinte, fica em no máximo 120 dias. «Vamos fortalecer as lideranças», justificou Cabral.

O senador Fernando Henrique Cardoso também se manifestou favorável a que o parlamentarismo seja implantado 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Lembrou que o Brasil não pode conviver com duas Constituições ao mesmo tempo e descartou o período de adaptação para o parlamentarismo dizendo que o País «está cheio de transição. Não podemos ficar nisso eternamente».

Fernando Henrique disse ainda que há muitos pontos de discordância a respeito de alguns temas polêmicos. Citou a reforma agrária, onde não há acordo sobre a imissão imediata ou não da posse da terra e a anistia, sobre o qual não há nenhum consenso.

## Adiamento

O deputado Ulysses Guimarães não quis se pronunciar sobre nenhum tema. Disse apenas que atendeu a um apelo do relator e do presidente da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral e Afonso Arinos, para que o prazo de entrega do substitutivo fosse adiado por três dias, o que lhe faculta o regimento interno da Constituinte.

Segundo um parlamentar do PMDB que está acompanhando as articulações de Bernardo Cabral, o relator na verdade ainda não conseguiu reunir num só texto todas as idéias que recebeu. Este seria o motivo do pedido de adiamento. «Eu ainda não vi o anteprojeto e acho que nem o Cabral viu» — ironizou esse parlamentar.

O deputado José Serra (PMDB-SP) disse que o relatório está «na cabeça» do relator, enquanto o senador Fernando Henrique Cardoso informou que existe apenas uma cópia, com o relator. Durante uma reunião com os relatores-adjuntos, no meio da semana, Bernardo Cabral carregava na mão um documento que dizia ser o seu anteprojeto. Não reparou, contudo, que se tratava na realidade do «projeto Hércules», elaborado pelo «grupo dos 32» liderados pelo senador José Richa.

## Aníbal não vê vantagem

**Belo Horizonte** — «O deputado se deixa seduzir pelo parlamentarismo por acreditar que seria ele o escolhido para primeiro-ministro», ironizou ontem o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, ao analisar a campanha de alguns governadores sobre a Constituinte pela manutenção do regime presidencialista.

Teixeira não vê nenhuma virtude na implantação do parlamentarismo no Brasil e acredita que esse regime seria condenável pelo ideário do PMDB. «Ao lutar pelas eleições diretas no episódio histórico que culminou com a ascensão de Tancredo Neves, o PMDB pregava a manutenção do presidencialismo» — raciocina o ministro, contrapondo que a es-

colha de um primeiro-ministro funcionará como "um verdadeiro colégio eleitoral", nos moldes condenados em 84.

Teixeira teme não só os conchavos e a predominância de interesses pessoais e transitórios que pesariam na formação dos gabinetes, mas também a paralisação da vida nacional toda vez que fosse necessário substituir um ministro. Na sua opinião, o Brasil ainda não tem estabilidade administrativa e partidos homogêneos como os países europeus para sustentar um regime parlamentarista, e precisaria de vários meses para remontar a máquina administrativa truncada a cada queda de gabinete.



Ulysses, presidente da Constituinte, concedeu mais três dias ao relator Bernardo Cabral

# Parlamentarismo tem prazo para implantação definido por Cabral

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, definiu o prazo de implantação do parlamentarismo em 120 dias após a promulgação da Constituição. No anteprojeto que apresentará, Cabral abandona a ideia original de deixar o presidente Sarney governando até o fim de seu mandato pelo sistema presidencialista. O acerto foi feito ontem de manhã numa reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães com os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e Afonso Arinos (PFL-RJ).

«Nós não podemos ter duas constituições vigindo em sistemas de governo diferentes, uma até o final do governo Sarney e outra depois disso. O Brasil precisa de transição, não de transitoriedade», afirmou Fernando Henrique.

O relator Bernardo Cabral afirmou que nas disposições transitórias vai preservar o mandato de seis anos para o presidente Sarney. Como essa é uma questão polêmica, o relator não vai interferir nela, deixando sua definição para o plenário.

Em relação à diminuição do prazo para a implantação do parlamentarismo, Bernardo Cabral destacou que existiam três propostas: 90 dias, 120 dias ou no fim do governo atual. Ele preferiu a hipótese intermediária.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), disse ontem que aceita o parlamentarismo com uma condição: que o

mandato do presidente José Sarney termine no máximo um ano após a promulgação da nova Constituição.

Covas participou ontem, da reunião da Comissão de Sistematização no 24º andar do edifício-sede do Banco do Brasil, no Setor Bancário Sul. A proposta preponderante na reunião era a mudança de sistema de governo só quando terminar o mandato de Sarney: em 1989, o que Covas e os partidários das eleições diretas não aceitaram.

Mário Covas acha um absurdo fazer do sistema de governo e do mandato presidencial um problema de negociação na Constituinte. «Este é um tema que divide inevitavelmente os parlamentares e irá obrigatoriamente à votação sem consenso», assegurou o líder do PMDB na Constituinte.

Segundo Covas, cerca de dez a 12 temas de relevância irão à votação no plenário da Constituinte sem entendimento prévio por falta de consenso entre os parlamentares. Por este motivo, o substitutivo constitucional que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregaria hoje às 17h00 ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi adiado para ser entregue somente na próxima quarta-feira, tempo que diversos grupos ideológicos formados na Constituinte esperam chegar a um acordo, quanto ao texto final do documento.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, chegou logo cedo ao Banco do Brasil, onde se reuniu durante todo o dia de ontem com 11 relatores-auxiliares tentando obter consenso sobre os pontos mais polêmicos da nova Constituição. A imissão imediata de posse nas desapropriações de terra continuava sendo o maior problema.

O senador Mário Covas disse que o grupo estava tentando uma fórmula "mais palatável" neste caso mas não havendo mesmo acordo o assunto irá seguramente à votação sem qualquer entendimento. Os outros pontos principais sem consenso eram os seguintes: sistema de governo, voto distrital, mandato presidencial, direito de greve ao funcionalismo público, reforma tributária (vinculações), estabilidade no emprego e criação de novos estados. A redução da jornada de trabalho das atuais 48 para 40 horas semanais será remetida para a lei ordinária, podendo ainda ser aceito um meio termo em relação à estabilidade que deverá ser substituída pela proibição da demissão imotivada.

Estavam presentes à reunião os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Almir Gabriel, Maurício Corrêa, Virgílio Távora e os deputados Pimenta da Veiga, Nelson Jobim, José Carlos Serra, Plínio Sampaio, Antônio Brito, Vivaldo Barbosa e Bonifácio de Andrada, o grupo voltará a se reunir durante todo o dia de hoje.

Ordem dos Advogados do Brasil  
Seção de Distrito Federal

## O CASO ERI VARELLA NOTA DO CONSELHO DA OAB/DF

Com a constatação de que o indivíduo Eri Varella não é inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, e de que sequer concluiu qualquer curso de Direito no País, esta Presidência cumpriu o imperativo legal de encaminhar expediente oficial à Procuradoria Geral de Justiça, para o seu enquadramento na legislação que pune com pena privativa de liberdade quem assim procede, isto é, se faz passar por advogado, não o sendo.

A prova cabal dessa atividade criminosa foi colhida pelo Presidente Amauri Serralvo e, também, pela prestimosa colaboração do senador Maurício Corrêa, ex-bâtonnier no Distrito Federal, que assinalou a sua gestão na OAB/DF com igual iniciativa, destinada a expurgar a presença de outros intrusos na vida forense da Capital.

Duas circunstâncias tornaram possível a ação fraudulenta de Eri Varella: a) a ousada afirmação, até em petições judiciais, de que era titular da inscrição 1160, na Seção do Rio Grande do Norte; b) a ostensiva e consentida participação em escritório comum como profissional regularmente inscrito no Distrito Federal.

Não obstante as objurgatórias e calúnias daqueles que, em situação como essa, sempre buscam atemorizar e sopitar o cumprimento do dever que a lei impõe à OAB, esta entidade não transigirá com a sua tradição e promoverá, concomitantemente, a responsabilidade disciplinar de inscrito que infringiu nesse episódio o art. 103, inciso II, da Lei 4.215/63, ou seja, propiciou a não inscrito o exercício ilegal da profissão.

Sala do Conselho, 22 de agosto de 1987  
FRANCISCO C. N. LACERDA NETO  
no exercício eventual da Presidência